

LINA MOSCOSO TEIXEIRA

linamoscoso@gmail.com

UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL

ACTIVISMO EM REDE: O PAPEL DOS MÉDIA ALTERNATIVOS NA CRÍTICA À ACTUAL POLÍTICA NEOLIBERAL DE BRASIL, PORTUGAL E ESPANHA

RESUMO

Na era da informação, uma nova lógica da comunicação está em vigor, em que modelos contestatários e com liberdade de disseminação no ciberespaço surgem como forma de produzir informação sem omissões. São formatos de comunicação que constroem a realidade social como recorte. A autorização à participação desse novo formato é capaz de produzir conteúdos activistas pelos media alternativos e por cidadãos que propõem mudanças sociais nas políticas de austeridade aplicadas na actualidade. Meios esses que posicionam-se e fomentam o debate político. São transformações no cenário global que impactam a produção e o consumo da informação. A presente pesquisa avalia a actuação dos meios de comunicação que se colocam como alternativos nos movimentos sociais de crítica à política neoliberal. O texto detecta os média como questionadores e estuda as novas tecnologias como fenómeno activista nas crises actuais da Europa e do Brasil. O estudo exploratório, por meio da observação, conclui que há actuações críticas dos média alternativos em rede e a possível interferência desses meios na agenda política.

PALAVRAS-CHAVE

Média alternativos; ciberespaço; activismo; capitalismo

INTRODUÇÃO

Na actualidade, o projecto de comunicação em rede é um fenómeno mundial, com a intensificação do uso da internet para produção e disseminação da informação. Hoje, a comunicação virtual interconecta toda a vida social, o que foi possibilitado pela viabilidade da participação do público na produção de notícias – gravações de vídeos em directo, interlocução e

interactividade nas redes sociais, em que é possível opinar e debater temas diversos: “um movimento geral de virtualização afecta hoje não apenas a informação e a comunicação mas também os corpos, o funcionamento económico, os quadros colectivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência” (Lévy, 1996, p. 11).

Na contemporaneidade, as tecnologias são intrínsecas aos indivíduos. Era referida por Castells (2005) como a mudança da cultura material pelo novo paradigma que organiza-se em torno da tecnologia da informação.

Assim, veículos noticiosos tiveram de adaptar-se ao novo formato de comunicação de forma a permitirem a participação e a libertação quanto aos conteúdos. Os *mainstream media* hoje já não atendem à sociedade e são questionados pelo público, porque continuam a priorizar interesses de governos, Estado e empresas. Surgem, portanto, os média alternativos com o objetivo de ouvir as comunidades e produzir informação emancipada e até contestatária, constituindo veículos que podem estimular o debate público. Downing (2001, citado em Couldry & Curran, 2003) expõe que os meios contra-hegemónicos contestam os blocos de poder estabelecidos com uma visão mais ampla de emancipação social.

No entanto, ligações a ideologias políticas sempre existirão. Instrumentos de comunicação estão, por vezes, ligados a partidos políticos de esquerda ou direita, mas não deixam de abrir possibilidades de participação popular, ao contrário dos média tradicionais.

A onda nacionalista e neoliberal mundial fez surgir grupos contestadores da situação política actual, em busca de bem-estar social generalizado, são os excluídos e insatisfeitos que, em conjunto com meios de comunicação alternativos actuantes, propõem mudanças na ordem mundial, por meio do ciberactivismo.

Os média alternativos são meios que hoje encontram ecos mais alargados de actuação, com efeito em interveniências nas agendas governamentais, com a libertação proposta pela internet. Os média contra-hegemónicos têm ganho terreno no ciberespaço: a escala de protestos a nível global parece impossível sem a comunicação global e coordenação de capacidades da internet (Couldry & Curran, 2003).

Deste modo, o presente texto avalia o activismo dos média alternativos contra políticas neoliberais na Europa e no Brasil. A proposta do artigo é analisar o papel dos média na cultura política e nas relações sociais de grupos.

O estudo das novas formas de comunicar é importante, na medida em que os novos média podem fomentar a democracia e o pensamento emancipado. Os meios alternativos são colocados como tema da actualidade e de relevância por promoverem a clarificação de ideologias e da informação, além de proporem uma nova ordem social.

COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

De acordo com Lima (1996), hoje vivemos em uma sociedade *media centric* em que o poder dos meios de comunicação é visível no sentido de formação da opinião pública, construção de discursos, sejam eles impregnados de ideologia ou não. Sociedades contemporâneas dependem dos média para a construção do conhecimento público e para a formação e/ou informação política, tomada quotidiana de decisões e posicionamento político (Lima, 1996). Entretanto, os média são centrais em sociedades que possuem sistemas nacionais consolidados de comunicação, grandes corporações que detêm a maior fatia do mercado comunicacional.

Esta é uma discussão importante porque a maior parte dos países ainda não instauraram a chamada Lei de Meios, Lei 26.522/2019 de Serviços de Comunicação Audiovisual promulgada na Argentina em 10 de outubro de 2009 que determina percentuais de propaganda e de acesso ao mercado pelos veículos. A divisão é desigual e alguns meios acabam por não ter concessão para actuar, a não ser pela internet. O Brasil, por exemplo, nunca adoptou a Lei de Meios. A Constituição de 1988 determina que a comunicação não pode, directa ou indirectamente, ser objecto de monopólio ou oligopólio. Esse artigo nunca foi regulamentado pelo Congresso brasileiro. Sobre o marco regulatório da imprensa, o governo de Dilma Rousseff levantou a discussão, mas nada ficou definido.

Em Portugal, a Lei impõe a todos e a cada um dos operadores de rádio e televisão (generalistas ou temáticos informativos de cobertura nacional) que assegurem uma informação que respeite o pluralismo, atenta à forma imediata e generalizada como chega aos espectadores e ao compromisso assumido nos respetivos processos de licenciamento ou de autorização. O país possui uma agência reguladora que actua junto às emissoras de rádio e TV.

Espanha adopta órgãos específicos para a regulação para o sector audiovisual. O país actualizou o seu marco regulatório em 2010.

Com algumas variações entre os países, as entidades reguladoras cuidam tanto da regulamentação, por meio de normas infralegais, quanto

do licenciamento (alocação de frequências, por exemplo) e regulação, com monitoramento do mercado e tomada de decisões a partir de situações dinâmicas – em alguns casos, promovem arbitragem entre atores privados. Entre as funções dos órgãos reguladores está também cuidar do monitoramento e fiscalização e aplicar sanções.

A pós-modernidade está permeada de “culturas mediáticas”. Os meios de comunicação impõem ideologias e discursos políticos à sociedade, na medida em que constroem realidades com posicionamentos sobre os fatos (Schmucler & Mata, 1992). Tais discursos ganham visibilidade através da internet que promove a rápida disseminação de conteúdos que são consumidos diariamente por significativo número de usuários.

Assim, a política entra no rol das questões mais tratadas pelos media. Os meios de comunicação intervêm nas decisões políticas, eleições, direcionam pensamentos e geram repersussões e discussões nas redes sociais. Constroem a realidade social, como um recorte, não são um espelho do real.

Isso é feito por meio do discurso fundamentado em pressupostos cognitivos e definições normativas, com os quais as palavras adquirem uma existência objectiva. Cabe aos meios de comunicação, portanto, codificar a realidade para a percepção do público. Os média funcionam como mediadores entre o real e as pessoas, como o próprio termo diz. E devem aproximar-se ao máximo da verdade dos fatos.

Desta forma, a actividade jornalística pode ser entendida como tendo um “papel socialmente legitimado para produzir construções da realidade que são publicamente relevantes” (Alsina, 1996, p. 18). Trata-se da atribuição de sentido aos fatos pelos profissionais dos média. No entanto, é preciso haver a participação activa do público na construção da realidade, nas inúmeras interações possíveis.

Outro ponto a ser ressaltado é que a notícia, nas sociedades de grandes corporações mediáticas, passa a ser entendida como uma representação social da realidade quotidiana produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível (Alsina, 1996). Atendendo, assim, aos interesses comerciais e estatais. As instituições podem ser apreendidas em termos reificados quando se lhes outorga “um status ontológico independente da actividade e da significação humanas” (Berger & Luckmann, 2010).

Porém, os média alternativos fogem a esta lógica e procuram construir a realidade com base em vozes populares.

Para além disto, a polarização dos média é fenómeno mundial hoje. São muitos os veículos de comunicação com extremismos ideológicos de esquerda ou de direita que afectam a informação que deveria ser baseada mais em fatos reais do que opiniões pessoais. No entanto, os media também podem assumir estruturas policêntricas, ou seja, ora apoiam certas instituições, ora empresas, Estado e governos.

Em Portugal, os jornais de maior tradição estão ligados a partidos: *Avante* (do Partido Comunista Português), *Ação Socialista* (do Partido Socialista), e *Povo Livre* (do Partido Social-Democrata). Quer dizer, as linhas editoriais costumam estar claras. Hoje há media online que se posicionam abertamente, como o *Observador*, em favor da política neoliberal (Cristo, 2019). Além de *O Independente*, como contraponto, jornal elitista e conservador. O *Diário de Notícias* também preza pelo conservadorismo (Moura, 2014).

Na Espanha, o Podemos, aposta na comunicação em rede com o intuito de alcançar eleitores jovens. Enquanto isso, os outros jornais optam por serem mais moderados, geralmente de centro mais à esquerda (*El País* e *Público*). Já *Cadena Ser*, *El Correo*, *El Mundo* e *La Razón* são mais conservadores e de direita. A imprensa espanhola, portanto, posiciona-se e se identifica abertamente com ideologias políticas (Chaia, 2008).

No Brasil, a polarização é extrema. São inúmeros meios de comunicação alternativos que carregam milhões de seguidores. Formou-se um extremismo dos média, sobretudo nas redes sociais, após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Surgiram veículos de extrema-direita e de extrema-esquerda (Ortellado & Ribeiro, 2018).

Os média fazem o papel de mediadores entre as organizações políticas e partidárias. E é grande a parcela de responsabilidade que lhe é debitada no processo de esmaecimento dos vínculos de identificação partidária que tem lugar em praticamente todas as principais democracias.

Assim, os meios de comunicação são responsabilizados por mudanças profundas na própria natureza do processo político ao discutir a questão da democracia contemporânea vis-a-vis o globalismo e o localismo e no contexto de uma comparação entre os partidos políticos (Lima, 1996). No mundo pós-moderno, o cenário, é, portanto de indefinições das relações entre os indivíduos e a cena política, muito em virtude de informações desencontradas dos média.

MÉDIA ALTERNATIVOS: DEFINIÇÕES E CIBERESPAÇO

Os média de conotação contra-hegemónica são estruturas de base que utilizam distribuição alternativa, de pequena escala. Instrumentos produtores de uma comunicação formada por conteúdos mais reflexivos e críticos de um jornalismo que foge do lugar-comum, do tradicional e do comercial. No sentido de comunidades, podem provocar a mobilização para discussões e contestações sobre direitos e injustiças sociais. Como forma de organização, os meios alternativos funcionam no sentido de tornar cidadãos interessados em produtores de conteúdos por eles mesmos.

De acordo com Fuchs (2010), são expostos pontos de vista de oposição que questionam todas as formas de heteronomia e dominação. Portanto, não há contra-informação e contra-hegemonia que incluam as vozes dos excluídos. Um objectivo é dar voz aos que não têm voz, poder dos média ao impotente, bem como transcender a filtragem e censura de informações por monopólios corporativos de informação, monopólios estatais, ou monopólios culturais públicos. Eles não dependem do Estado e nem do mercado, horizontalmente estruturados, ao permitir, assim, a participação dentro do quadro de multiplicidade e de democratização (Fuchs, 2010).

Esses meios têm actuação alargada na internet, que permite a libertação e produção sem controlo. É lá que as polarizações são mais evidentes e que a política é devassada em todas as suas formas possíveis. As disputas entre partidos e seus representantes (páginas online e de redes sociais) estão acirradas no ciberespaço. A rede comporta-se como definidora do debate político contemporâneo. No espaço virtual acontecem as discussões e as decisões políticas (Rubim & Colling, 2005).

Outro fenómeno que ganhou força com a internet foi o ativismo. Uma relativa generalização é que a escala de protestos em nível global parece ser impossível sem a comunicação global e coordenação de capacidades da internet: “a escala desse activismo é a maneira em que a preferência de lideranças e redes inclusivas são adequadas para distribuir e multidirecionar capacidades de comunicação da internet” (Couldry & Curran, 2003, p. 24).

Como vários meios de comunicação tornam-se conectados de forma interativa, como lembram Couldry e Curran (2003), a informação flui mais facilmente através das fronteiras tecnológica, social e geográfica. A ascensão das redes globais de protesto visa trazer a justiça social para um regime económico, mundial e neoliberal. Essas redes activistas têm usado novos média digitais para coordenar actividades, planejar protestos e divulgar informações, sobre as suas causas.

MÍDIA NINJA, ESQUERDA.NET E PODEMOS

As páginas tomadas como exemplos da actuação política dos meios de comunicação sobre a sociedade e governos são meios de perfis diferentes. Isso porque trata-se de estruturas distintas. Porém, são veículos que criticam a política actual dos seus países de actuação: Brasil, Portugal e Espanha, e fazem oposição a governos, além de portarem-se como apoios às medidas populares e de justiça social.

“Mídia Ninja”¹ (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) é uma rede descentralizada de média de esquerda, com actuação em mais de 250 cidades no Brasil. Sua abordagem é conhecida pelo activismo sociopolítico, declarando-se ser uma alternativa à imprensa tradicional. O grupo ganhou repercussão internacional na transmissão dos protestos no Brasil em 2013. Actualmente, além das transmissões em fluxo de vídeo em tempo real, pela internet, usando câmaras de telefones móveis, a rede possui um portal de notícias. A estrutura da Mídia Ninja é descentralizada e faz uso das redes sociais, como o Facebook, o Twitter, o Flickr, o Tumblr e o Instagram na divulgação de notícias.

“Esquerda.net”² é um portal de informação alternativa mantido pelo Bloco de Esquerda, mas não se confunde com o site partidário, apresentando uma óptica crítica, de esquerda, na selecção de notícias, na produção do seu noticiário, nas suas fontes de informação. Aprofundam temas e suscitam debates, reflectindo as opiniões do Bloco de Esquerda mas aberta também a personalidades fora do Bloco, nacionais e internacionais, segundo informações do meio. É um portal que aposta no multimédia, na fotografia, nos vídeos de reportagem e de intervenção, nas transmissões directas de eventos e manifestações, e em programas de rádio informativos e culturais, e na interactividade com os leitores. A primeira edição do Esquerda.net saiu em 3 de Julho de 2006.

Já o “Podemos”³ é um partido político espanhol de esquerda fundado em 2014 que possui viés de comunicação actuante. Participou das eleições europeias de 2014, quatro meses depois da sua formação, e obteve cinco cadeiras (de um total de 54), com 7,98% dos votos, sendo a quarta candidatura mais votada em Espanha. Em menos de uma semana tornou-se o partido político espanhol mais seguido nas redes sociais, superando os par-

¹ Ver <http://midianinja.org/>

² Ver <https://www.esquerda.net/>

³ Ver <https://www.facebook.com/pg/ahorapodemos/>

tidos tradicionais, como o PP (de direita) e o PSOE (de centro-esquerda), surpreendendo o *establishment* político espanhol.

CENÁRIOS POLÍTICOS

O Brasil viveu, em 2016, um *impeachment*. O governo de esquerda de Dilma Rousseff foi retirado do poder e deu lugar ao governo de direita de Michel Temer. A partir daí começaram a ser implantadas medidas como a PEC 241 (congelamento do orçamento da educação e saúde por 20 anos); privatizações e a Reforma trabalhista. Em 2018, o Brasil elegeu o presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro que propôs um governo antissistema e com intenção de prescindir do Congresso Nacional para levar adiante um programa governamental. O país vive uma crise económica que vem desde o segundo mandato de Dilma Rousseff, mas que se tem agravado, com o risco de uma recessão (Jucá, 2019).

Já Portugal tem hoje um governo de esquerda (apoios Bloco de Esquerda, PCP, Os Verdes e Pessoas-Animais-Natureza). O governo, chamado de “Geringonça” - termo usado pelo, na altura presidente do CDS, Paulo Portas, em paráfrase a uma crónica de Vasco Pulido Valente, no jornal Público - foi possível por causa de moção de rejeição ao governo eleito de Passos Coelho, em 2016. Com maioria de lugares no Parlamento, os partidos de esquerda em aliança com o PS conseguiram que o governo PSD mais CDS não assumisse. O governo de António Costa: devolveu rendimentos, descongelou pensões, empregos, mas ainda falta um afastamento maior da direita, com mais medidas sociais (Esteves, 2017). A política portuguesa passou 10 anos à base da austeridade com o governo de Passos Coelho⁴.

Na Espanha, o primeiro-ministro Mariano Rajoy, do Partido Popular (PP), sofreu uma moção de censura, em junho de 2018, apresentada pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), em razão de denúncias de que o PP se beneficiara do esquema de subornos ilegais para contratos do chamado caso Gürtel. Assumiu Pedro Sánchez, do PSOE, que governou por menos de um ano até convocar as eleições de 2019. O pleito resultou na vitória do PSOE, com a eleição de 123 deputados e alcançando, assim, maioria absoluta no Senado (Cabrita-Mendes, 2018).

⁴ Ver <https://poligrafo.sapo.pt/economia/artigos/as-medidas-mais-polemicas-do-primeiro-orcamento-de-passos-coelho>

CONTEXTO E MÉTODOS

O capitalismo deixou brechas e permitiu discordâncias entre os segmentos sociais excluídos do processo de integração das economias. A sociedade actual polarizada e desnorteada opõe-se ao sistema por meio da comunicação, em vista da perda de valores (Downing, 2002). *Na era do capital*, novas tecnologias não são compatíveis com os sistemas político e económico. No lado social, a dialéctica de abertura económica do neoliberalismo não é capaz de criar uma nova condição de justiça e distribuição de rendimento (Mason, 2016).

Na comunicação, o monopólio enquanto modelo económico hoje já não funciona. Isso porque a internet trouxe informação a custo quase zero. Os tempos são de mudanças e transformações rápidas políticas, sociais e na comunicação. Em meio a medidas de austeridade e políticas anti-sociais, o novo fenómeno da comunicação em rede, participativa e aberta a debates, impacta os efeitos ideológicos sobre o público e propõe discussão sobre novos rumos do jornalismo e da nova ordem mundial.

Este estudo incidiu sobre as páginas alternativas Mídia Ninja, Esquerda. Net e Podemos. Foram analisadas peças de cada um dos perfis do Facebook dos meios online para atestar a crítica aos governos dos países de origem dos média, o posicionamento de esquerda e a defesa da mudança da ordem social actual e, portanto, de medidas populares em busca da justiça social. O Facebook foi escolhido por ser uma rede social que permite a liberação de conteúdos e onde é possível perceber a participação efectiva do público, por meio das suas ferramentas de interacção, além da ressonância da notícia.

RESULTADOS

Os média alternativos estudados actuam como construtores de uma realidade social. Constroem notícias com recorte baseado na defesa popular e na crítica às políticas que defendem a macro economia e as nuances do mercado, e o capital como mola propulsora da sociedade, em detrimento da igualdade de classes e da defesa dos direitos sociais.

Mídia Ninja posiciona-se contra o governo de Michel Temer e contra a política aplicada no país. O Brasil tem instaurado hoje um sistema de capital, em que as medidas estão voltadas ao beneficiamento dos grandes empresários e bancos. Segue um modelo de privatizações de empresas públicas, corte do orçamento da saúde, educação e cultura, que são

os direitos diretos do povo, e desprivilégio às minorias. Portanto, a Mídia Ninja actua na produção de notícias de denúncia às leis implantadas pelo governo e análise das consequências dessas medidas para a população. Além de publicações claras de desgosto com o governo de Michel Temer.

Em uma peça publicada em 17 de outubro de 2017⁵, Mídia Ninja expunha, em seu perfil no Facebook, uma fotografia de Temer a dizer: “Urgente! Sua hora está chegando”, fazendo referência às denúncias de corrupção passiva contra o presidente que foram levadas à Câmara de Deputados. A publicação obteve 621 gostos e 122 partilhas.

Esquerda.net pressiona por mais medidas populares, apesar de estar em um país que hoje possui um governo de esquerda. As críticas do Bloco de Esquerda são actualmente à gestão do primeiro ministro, António Costa, do PS, não ter afastado-se o suficiente das políticas de direita.

Em publicação do dia 14 de outubro de 2017⁶, Esquerda.net apontou omissões do governo como o aumento da derrama para grandes empresas e o fim do corte de 10% no subsídio de desemprego.

O Podemos posiciona-se contra governo de Mariano Rajoy e a política aplicada no país. O Podemos acredita que a Espanha vive um estado de excepção democrático com pilhagens públicas permanentes. E pede reformas eleitorais e económicas e suspensão dos direitos sociais de políticos. O partido tem implementado medidas de preservação da saúde, educação, acesso à moradia de maneira mais democrática, enfim, garantia dos serviços públicos em geral. Também tem trabalhado em oposição à onda conservadora na Europa, principalmente quando trata-se de imigração⁷.

O Podemos criticou, em seu perfil do Facebook, no dia 15 de outubro de 2017⁸, o governo do PP na Espanha ao falar do modelo adoptado de desemprego e precariedade e, portanto, esquecimento dos cidadãos. A peça alcançou grande repercussão, chegando a 1,1 mil gostos.

⁵ Ver <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164308700393950/997995450358600/?type=3&theater>

⁶ Ver <https://www.esquerda.net/artigo/oe2018-irs-passa-ser-mais-justo-e-menos-penalizador-dos-rendimentos-do-trabalho/51414>

⁷ Ver <https://podemos.info/programa/?fbclid=IwARoYhiYqKHRkAXIfkFrcGOhhSa5HyWZfn1qoKgzUTs5tlekj9yUWjWzSjC>

⁸ Ver <https://www.facebook.com/pg/ahorapodemos/posts/848689318621142>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação mudou pela conjuntura da globalização, em razão do surgimento de novas tecnologias, pelas culturas individuais que começam a enxergar outras possibilidades de se informar, não só por meio dos jornalistas. Os mecanismos digitais são formatos úteis, sobretudo quando optam pelo rompimento com o jornalismo engessado dos meios mais tradicionais.

A pesquisa contribui no sentido de dar a conhecer esse novo tipo de comunicação de origem nas redes sociais, muitas vezes, e que aposta na informação pela informação, sem omissões e sem edição. A comunicação existe para facilitar a democracia, a resolução das diferenças sociais e impulsionar a inclusão social e igualdade de direitos. Cabe aos estudos científicos divulgar o que propõem os meios noticiosos e qual o comportamento dos veículos mediáticos na nova era das tecnologias da informação.

Na perspectiva política, o artigo traz questionamentos sobre a adequação da comunicação na contemporaneidade ao modelo neoliberal. De maneira a levar a uma reflexão sobre a informação em tempos de crise do capital e maneiras de financiamento de meios que querem romper com a oligarquia na comunicação.

Consideração pertinente a ser mencionada aqui é que a polarização dos meios de comunicação tem gerado disfunções na transmissão da informação. Com as transformações políticas e sociais, e a liberdade de produção, a instabilidade e as discussões são efervescentes, o que denota dificuldade em saber em quem acreditar. Hoje não podemos nos pautar pelas informações fornecidas pela internet e nem mesmo pelos meios mais tradicionais. É preciso um olhar crítico, sobretudo, e formação de opinião crítica.

Outro ponto fulcral é a concessão para actuar. A não ser pela internet, os média alternativos mais populares possuem estruturas desproporcionais se comparadas às grandes corporações. Com financiamentos escassos não conseguem ter grandes equipas de profissionais e investimentos em produção, sendo, muitas vezes, questionados sobre a qualidade. E, ao contrário das previsões, os media alternativos estão perdendo espaço no virtual. Resoluções do Facebook⁹ em 2018 e 2018, personalizaram o *feed* de notícias, por meio da mudança no algoritmo, provocando, assim, a redução de notícias nas linhas do tempo dos usuários, o que comprometeu a actuação dos meios independentes.

Portanto, interessa saber sobre o futuro da comunicação global, acompanhar as mudanças e pesquisar comportamentos dos média e de público

⁹ Ver <https://techcrunch.com/2019/05/16/facebook-algorithm-links/?guccounter=1>

na actualidade. A reflexão sobre a política e a comunicação e a relação entre sociedade, sistema político e formas de conduzir a emissão da informação é crucial em tempos de internet, média alternativos e neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

- Alsina, M. R. (1996). *La construcción de la noticia*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (2010). *A construção social da realidade - um livro sobre a sociologia do conhecimento*. Lisboa: Editora Dinalivro.
- Cabrita-Mendes, A. (2018, 30 de novembro). A austeridade de Passos em tempo de crise. *Polígrafo*. Retirado de <https://poligrafo.sapo.pt/economia/artigos/as-medidas-mais-polemicas-do-primeiro-orcamento-de-passos-coelho>
- Castells, M. (2005). *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra.
- Chaia, V. (2008, fevereiro). Internet e eleições na Espanha. *Observatório da Imprensa*, edição 427. Retirado de: <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/internet-e-eleicoes-na-espanha/>
- Couldry, N. & Curran, J. (2003). *Contesting media power: alternative media in a networked world (critical Media Studies)*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Cristo, A. H. (2019, 25 de fevereiro). Uma frente de esquerda neoliberal. *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/opiniao/uma-frente-de-esquerda-neoliberal/>
- Downing, J. (2002). *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac.
- Esteves, M. (2017, 31 de maio). 2015: E, pasmado, o país viu nascer a geringonça. *Negócios*. Retirado de <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/2015-e-pasmado-o-pais-viu-nascer-a-geringonca>
- Fuchs, C. (2010). *Alternative media as critical media*. Austria: University of Salzburg.
- Jucá, B. (2019, 21 de maio). Brasil de Bolsonaro retoma vocabulário da crise: manifestação, depressão econômica, impeachment. *El País*. Retirado de https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558376079_070401.html

- Lei 26.522/2009, de 10 de outubro, República Argentina. Retirado de <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/155000-159999/158649/norma.htm>
- Lévy, P. (1996). *O que é o virtual*. São Paulo: Editora 34.
- Lima, V. A. de (1996). *Os mídias e o cenário de representação da política*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, 38. DOI: 10.1590/S0102-64451996000200012
- Lozano, J. (2019, 23 de abril). Incerteza eleitoral augura mais instabilidade política em Espanha. *Agencia EFE*. Retirado de <https://www.efe.com/efe/portugal/destacada/incerteza-eleitoral-augura-mais-instabilidade-politica-em-espanha/50000440-3958809#>
- Mason, P. (2016). *Pós-capitalismo: um guia para o nosso futuro*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- Moura, P. (2014, 15 de junho). Os intelectuais de direita estão a sair do armário. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2014/06/15/portugal/noticia/nao-lhes-caem-os-parentes-na-lama-por-serem-de-direita-1639615>
- Ortellado, P. & Ribeiro, M. (2018, 10 de agosto). Gráficos mostram polarização política nas redes sociais no Brasil. *Galileu*. Retirado de <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/08/graficos-mostram-polarizacao-politica-nas-redes-sociais-no-brasil.html>
- Rubim, A. A. C. & Colling, L. (2005). Mídia, cultura e eleições presidenciais no Brasil. In Correia, J. C. (Eds.) *Comunicação e Política – Estudos em Comunicação* (pp. 11-44). Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Schmucler, H. & Mata, M. C. (Eds.) (1992). *Política y comunicación. Hay un lugar para la política en la cultura mediática?* Córdoba: Universidade Nacional de Córdoba-Catálogo.

Citação:

Teixeira, L. M. (2019). Activismo em rede: o papel dos média alternativos na crítica à actual política neoliberal de Brasil, Portugal e Espanha. In M. L. Martins & I. Macedo (Eds.), *Livro de atas do III Congresso Internacional sobre Culturas: Interfaces da Lusofonia* (pp. 479-491). Braga: CECS.